

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

1. ENQUADRAMENTO GERAL DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

Apreciação Global

O processo de retoma económica iniciado em 2010 teve continuidade na primeira metade de 2011, não obstante a persistência de riscos associados ao mercado imobiliário nos EUA, à crescente pressão sobre a sustentabilidade da dívida pública nos países da periferia da área do euro e respetivos processos de ajustamento económico e de consolidação orçamental, à maior volatilidade nos mercados emergentes e ao processo de implementação de melhorias na regulação do sistema financeiro. Uma parte significativa destes riscos tenderam a concretizar-se em 2011, nomeadamente o aumento das tensões no quadro institucional europeu, contribuindo para a incerteza e expectativa quanto aos entendimentos e soluções que venham a ocorrer em 2012. A degradação das condições de financiamento nos mercados interbancários conduziu ao maior recurso por parte dos bancos europeus ao financiamento direto do BCE. Este enquadramento, de maior risco para o crescimento económico na área do euro, de par com uma redução das pressões inflacionistas e disfuncionalidade do mecanismo de transmissão monetária, incentivaram o BCE a rever os parâmetros de política monetária, reduzindo as taxas de juro e adotando medidas excecionais de suporte à liquidez do sistema financeiro, cujos efeitos deverão ser sentidos ao longo de 2012.

Em abril de 2011, as autoridades portuguesas vincularam-se ao Programa de Assistência Económica e Financeira, que visa a correção dos desequilíbrios macroeconómicos (défice orçamental e déficit externo), assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade financeira e implementar um conjunto de reformas estruturais que potenciem o crescimento da economia a prazo. Em contrapartida, é assegurada pelo Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu uma proporção expressiva das necessidades de financiamento público até 2013, esperando-se que o país retome gradualmente capacidade de financiamento em mercado ao longo deste período. Não obstante, a consolidação das finanças públicas terá fortes repercussões ao nível do rendimento disponível das famílias e das empresas, condicionando o crescimento económico e a capacidade de poupança.

A incerteza económica e financeira tem condicionado o desempenho do sistema financeiro nacional e a procura de soluções para o cumprimento das exigências regulamentares de recapitalização e de liquidez dos bancos. Destaca-se o relevo acrescido da captação de recursos financeiros estáveis, a par de uma maior seletividade nos processos de atribuição de crédito e

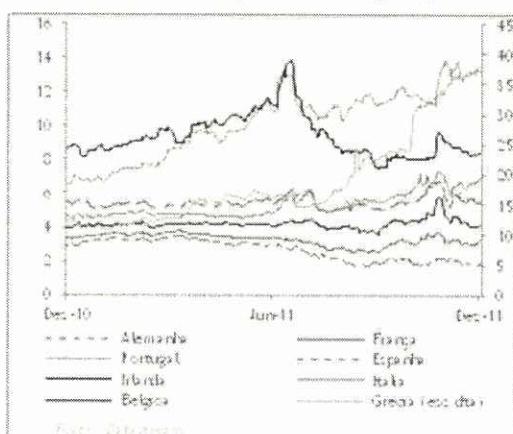
[Handwritten signature and initials]

identificação de segmentos de negócio mais competitivos, fatores a ter em conta para o cumprimento das metas de desalavancagem e para a promoção do crescimento da economia em contexto de forte restrição de financiamento. A concretização eficiente destes objetivos implica um reforço da confiança dos clientes e dos investidores, através da promoção da ética e da transparência na gestão, do envolvimento de todos os *stakeholders*, de uma gestão de risco mais eficaz e da procura de propostas e processos inovadores com vista à satisfação das necessidades emergentes de um novo paradigma económico, que procede da conciliação de objetivos financeiros, sociais e ambientais.

Enquadramento económico mundial

A economia global foi negativamente afetada em 2011 por fatores exógenos atípicos e temporários, como a catástrofe natural no Japão; por fenómenos de natureza sistémica com repercussões na evolução do comportamento dos mercados e por desenvolvimentos políticos globais de impactos ainda indeterminados. A par da persistência de níveis de consumo e de investimento moderados nas economias avançadas, devido ao processo de correção dos elevados níveis de endividamento público e privado e ao clima de incerteza, verificou-se um aumento das tensões políticas no Médio Oriente e no Norte de África e uma invulgar instabilidade no sistema financeiro europeu, com implicações na evolução do comércio internacional e no potencial de crescimento da economia mundial.

Intensificação e disseminação da crise da dívida europeia
 Dívida pública europeia
 Yields de títulos de dívida pública 10 anos (em %)

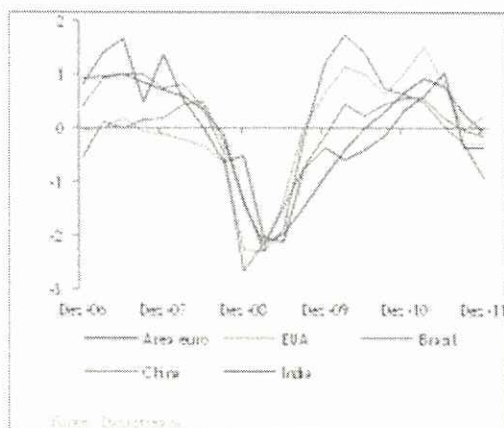


A atividade económica nos países europeus degradou-se ao longo de 2011, em resultado da intensificação dos mecanismos de interação entre o risco soberano, o sistema financeiro e a economia real, que, de forma progressiva, foram envolvendo países de maior relevância económica. A volatilidade dos mercados financeiros aumentou, em consequência da maior instabilidade institucional europeia, dadas as incertezas acerca da solidez dos mecanismos de suporte à União Económica e Monetária e às necessidades de *desalavancagem* e de recapitalização do sistema financeiro. O legado persistente do endividamento excessivo continuará a afetar o desempenho económico em 2012. A sustentabilidade das finanças públicas poderá exigir medidas de consolidação orçamental adicionais e persistentes, por forma a compensar os efeitos negativos do ciclo económico num prazo mais imediato e dos desafios demográficos a longo prazo. Estima-se um crescimento económico moderado e incerto durante o ano de 2012, persistindo alguma disparidade de desempenho entre os países da periferia europeia e os países do centro e leste europeus, decorrente da margem de manobra conferida pela diferente condição das finanças públicas. Os ganhos de emprego apresentam-se muito modestos e indicam níveis de desemprego estruturalmente elevados. As perspetivas de negócio permanecem fracas, com evolução muito moderada das encomendas, mas, em contrapartida, os níveis de existências foram ajustados em

conformidade, podendo constituir-se como um fator positivo para a atividade produtiva a prazo. O retorno a um crescimento mais robusto e sustentado no decorrer de 2012 dependerá da expectativa de correção dos desequilíbrios económicos e financeiros e das reações dos

Abrandamento generalizado da atividade económica mundial

Índices de clima económico
 Valores normalizados para o período



investidores às medidas tendentes a atenuar a incerteza com o futuro da União Europeia.

Os EUA apresentaram um melhor desempenho no final de 2011, suportado pelo impulso do consumo. Contudo, as restrições orçamentais e as limitações a nível das opções de política monetária, enquanto estímulo à economia, condicionam o potencial de crescimento a prazo, com riscos mais relevantes para a evolução da despesa das famílias. O ciclo político poderá também ser motivo para o aumento da incerteza.

O abrandamento da economia mundial atenuou as pressões inflacionistas nas economias emergentes, o que permitiu a adoção de políticas monetárias menos restritivas. As políticas económicas serão importantes para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos globais, constituindo um desafio estrutural para as economias emergentes, na medida em que terão de ser encontradas soluções equilibradas para a transição de um modelo de desenvolvimento maioritariamente suportado no impulso externo para um regime que proporcione motores de crescimento mais sustentados na procura interna com melhoria generalizada dos padrões de vida de forma sustentável.

As projeções do FMI divulgadas em Setembro apontam para um crescimento global de 4% em 2011 e 2012, uma revisão em baixa de 0,3 e 0,5 p.p. relativamente às previsões do final do primeiro semestre, sobretudo pelos maiores riscos para o crescimento da área do euro (1,6% em 2011 e 1,1% em 2012) e abrandamento do crescimento nos EUA (1,5% em 2011 e 1,8% em 2012). O efeito de contágio da turbulência económica e financeira dos países europeus a outras zonas será tanto maior quanto maiores forem as ligações comerciais e a exposição ao setor financeiro europeu. Contudo, o FMI considera que os riscos de contágio às maiores economias emergentes serão limitados, projetando um crescimento das mesmas em torno dos 6% no biénio.

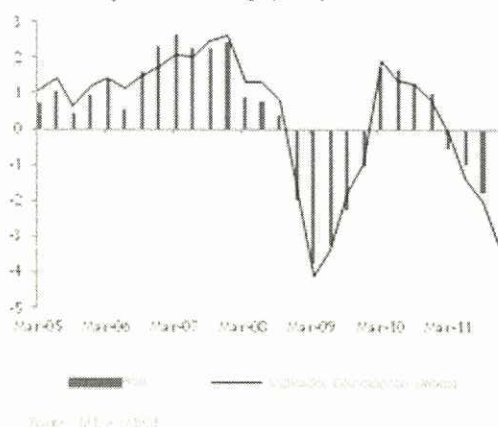
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

PERSPETIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

Durante o ano de 2011, os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa tornaram-se

"Double-dip" da economia portuguesa no 2º semestre de 2011

PIB vs. Indicador Coincidente (Abcp)
 Taxa de variação real homóloga (em %)



preponderantes. Os elevados níveis de endividamento público e privado, num enquadramento de baixo crescimento económico, e o agravamento da perceção do risco de crédito dos instrumentos de dívida soberana tornaram as condições de financiamento incomportáveis, impondo o pedido de assistência financeira internacional em Abril. Desde então, o enquadramento económico e financeiro português tem estado condicionado à execução do Programa de Assistência Económica e Financeira, nos seus pilares fundamentais: sustentabilidade das contas públicas, implementação de reformas estruturais e defesa da estabilidade financeira e o financiamento sustentado da atividade económica em Portugal.

No âmbito da promoção da estabilidade financeira, o plano de ajustamento económico prevê objetivos para a redução do rácio de transformação (relação entre crédito e depósitos), o reforço dos rácios de capital e da liquidez do sistema financeiro e a redução das necessidades de financiamento face ao exterior. Estas condições são consideradas necessárias para assegurar a recuperação do acesso aos mercados internacionais de dívida em 2013. Durante este período de ajustamento, a capacidade de substituição da estrutura de financiamento atual por fundos domésticos estáveis, i.e., menos sensíveis a alterações na perceção de riscos por parte dos investidores internacionais, será muito limitada. Como tal, o financiamento da economia deverá continuar a ser assegurado essencialmente por via institucional (fundos europeus e BCE), que evoluirá em função do equilíbrio que for sendo estabelecido entre o processo de *desalavancagem* e os efeitos colaterais adversos na atividade económica e no tecido produtivo.

O progressivo enfraquecimento da procura interna tem vindo a acentuar o processo recessivo em que a economia portuguesa se encontra desde o primeiro trimestre. Porém, a contração da atividade económica em 2011, estimada em cerca de 1,6%, terá sido atenuada pelo comportamento mais favorável da procura externa líquida no início do ano. A consolidação orçamental necessária em 2012 para assegurar o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, com repercussão na despesa privada (carga fiscal e parafiscal efetiva, remunerações e pensões), e as condições de acesso a financiamento mais restritivas limitam o consumo e o investimento, conduzindo a uma maior contração do PIB, com impactos negativos sobre a capacidade produtiva, a evolução do emprego e a condição financeira de famílias e empresas. O comportamento da procura externa e a capacidade de melhorar a atratividade dos produtos e serviços portugueses assume-se determinante para evitar um cenário mais negativo e penalizador do processo de ajustamento económico e financeiro.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ENQUADRAMENTO DO SECTOR SEGURADOR

No ano de 2011, o volume de prémios de seguro direto e contratos de investimento do mercado português, atingiu os 11,6 mil milhões de euros, o equivalente a cerca de 7% do PIB português, representando um decréscimo de 29% face ao ano anterior.

O volume de negócios do setor segurador foi fortemente condicionado pelo crescimento negativo de 38% no segmento Vida, onde o total dos prémios atingiu os 7,5 mil milhões de euros. Esta retração surge, não apenas como resultado da atual crise económica, mas também pelo esforço do setor bancário na captação de poupanças por via de depósitos a prazo a taxas apelativas, afetando não apenas a comercialização dos produtos de Capitalização, cujos prémios diminuíram 33%, como também a colocação de produtos PPR, com uma diminuição de produção na ordem de 60%.

No mesmo sentido do ramo Vida, ainda que mais moderadamente, evoluíram os prémios dos ramos Não Vida, que ascenderam a 4,1 mil milhões de euros, caindo cerca de 0,9%, invertendo desta forma a tendência de subida registada no ano anterior. O agravamento da conjuntura económica, sobretudo o aumento galopante da taxa de desemprego, condicionou a performance do ramo de Acidentes de Trabalho, onde os prémios caíram 4%. A contribuir para a queda do segmento Não Vida, esteve igualmente o ramo de Acidentes Pessoais, com uma evolução negativa 11% nos prémios vendidos. Ao invés, registou-se uma evolução positiva nos ramos Doença e Incêndio, ainda que com crescimentos mais modestos que os registados no ano anterior.

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2011	2010	2009	2008	Var. 11/10	Var. 10/09	Var. 09/08
Vida	7.533,3	12.171,8	10.383,9	11.004,7	-38,1%	17,2%	-5,6%
Não Vida	4.132,5	4.168,5	4.131,6	4.321,0	-0,9%	0,9%	-4,4%
Total	11.665,9	16.340,2	14.515,5	15.325,8	-28,6%	12,6%	-5,3%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

O ano de 2011 foi caracterizado pela diminuição da concentração no mercado segurador nacional, sendo que os cinco maiores grupos seguradores foram responsáveis por cerca de 65% dos prémios emitidos, o que compara com os 73% registados no final de 2010.

Importa realçar que, não obstante o atual contexto de recessão económica que se tem verificado em Portugal, o setor segurador permanece sólido e robusto, consubstanciado num rácio de solvência do setor consideravelmente acima do requisito mínimo exigido pelo regulador.

Análise do Ramo Vida

O ramo Vida inverteu o ritmo de crescimento do ano anterior, atingindo, no final de 2011, uma quebra nos prémios de 38% face ao período homólogo.

Com efeito, verificou-se em 2011, uma diminuição do peso relativo deste segmento no total do mercado segurador nacional, que se fixou em 65% face aos 74% observados em 2010. De notar igualmente uma menor concentração neste segmento, uma vez que os cinco principais grupos seguradores, que representavam cerca de 83% do total do mercado segurador de Vida em 2010, representam agora 76% do mesmo mercado.

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2011	2010	2009	2008	Var. 11/10	Var. 10/09	Var. 09/08
Produtos de Capitalização	5.315,0	7.981,2	6.295,5	7.588,7	-33,4%	26,8%	-17,0%
Planos Poupança Reforma	1.302,4	3.251,3	3.144,8	2.465,9	-59,9%	3,4%	27,5%
Risco e Rendas	915,9	939,3	943,6	950,2	-2,5%	-0,5%	-0,7%
Total	7.533,3	12.171,8	10.383,9	11.004,7	-38,1%	17,2%	-5,6%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

Em 2011, todas as linhas de negócio do ramo Vida apresentam decréscimos no volume de prémios comercializados, sendo particularmente relevante a acentuada queda nos produtos de Poupança Reforma e nos produtos de Capitalização, não ligados a fundos de investimento, dadas as circunstâncias conjunturais descritas anteriormente, a que, no caso dos produtos de Poupança Reforma, acresce a redução dos incentivos fiscais. Este tipo de produtos, apresentaram no conjunto, um montante total de prémios de cerca de 4,6 mil milhões de euros (cerca de 62% da produção total deste segmento), o que, face aos 8,9 mil milhões registados no mesmo período do ano anterior, representa um decréscimo de 48%.

2. SÍNTESE GLOBAL DA ACTIVIDADE

Num contexto económico recessivo e particularmente adverso para a colocação de produtos financeiros, a Ocidental Vida decresceu 37,9%, ainda assim alcançando uma performance acima do mercado, tendo fechado 2011 com uma quota de mercado de 14,6%.

Este foi um exercício em que a Banca em geral atravessou um período difícil por forma a fazer face às novas exigências regulatórias, o que implicou a necessidade de incrementar recursos de balanço, inviabilizando o enfoque na colocação de produtos financeiros não elegíveis para aquele critério.

Assim, a nível de seguros de Capitalização e PPR existiu uma quebra significativa no volume de prémios, de 85,5% e 78,4% respetivamente. Ainda assim, a quebra verificou-se ao nível das vendas e não tanto do portfolio, evidenciando a sua solidez. A quebra de vendas nos seguros PPR foi agravada pelas fortes condicionantes introduzidas com o Orçamento de Estado de 2010, ao nível dos benefícios fiscais.

Em sentido oposto, os produtos Unit Linked demonstraram grande vitalidade tendo crescido +25% em volume de prémios na Rede de Retalho do Banco, em contraciclo com o mercado, que decresceu 7,5%.

Tal deve-se à inovação de produto-mercado, que permitiu o lançamento periódico de séries especiais especialmente atrativas, que resultaram em casos de sucesso, incluindo o lançamento de soluções especiais para o segmento de Private Banking. Associando a mais-valia da oferta ao dinamismo da força de vendas do Banco, foi possível num exercício de tão grande complexidade e exigência obter um crescimento significativo.

No que respeita aos produtos de risco, a performance foi positiva, traduzindo-se num crescimento do volume de prémios de 2,8%, mais uma vez em contraciclo com o mercado que decresceu 1%. A Ocidental Seguros fechou 2011 ocupando o 2º lugar do ranking nacional com uma quota de mercado de 19,2%.

Apesar do esperado decréscimo de volume de crédito concedido e do aumento dos *spreads*, a taxa de penetração dos seguros associados a operações de crédito manteve-se sustentada em níveis de excelência que constituem *benchmarks* internacionais.

Em produtos de Risco de Venda Activa, o foco nos pilares estratégicos de inovação de produto-mercado e da distribuição multi-canal continuou a produzir resultados visíveis. O número de campanhas com objectivos comerciais no Millennium bcp foi um importante motor para a evolução do negócio de risco em venda activa, apesar do contexto económico adverso e do aumento da penetração de seguros no mercado e na base de Clientes do Banco.

Por fim, é de salientar o prémio de *Best Insurer 2011* atribuído à holding de Seguros Millenniumbcp Ageas, onde se inclui a Ocidental Vida, pela prestigiada revista *World Finance*. Este prémio é, em grande parte, um reconhecimento da solidez dos indicadores financeiros da Ocidental Vida.

ANÁLISE FINANCEIRA

O **resultado técnico** do ramo Vida situou-se em 2011 nos 10.191 milhares de euros, evidenciando um decréscimo de 93,2% relativamente aos 148.857 milhares de euros verificados no período homólogo de 2010.

O decréscimo verificado, explicado ao nível da componente financeira do negócio, é resultante do registo de 103.682 milhares de euros em perdas de imparidades, nomeadamente da dívida soberana da Grécia e das Ações do Mbcp, com reflexos negativos nos resultados em geral e em particular ao nível dos produtos de Capitalização e PPR, não ligados a fundos de investimento.

O maior contributo relativo para o resultado da companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco, cuja rentabilidade se baseia em políticas e práticas de subscrição rigorosas e uma superior capacidade de controlo de custos.

A obtenção de um **rácio de despesas** de 0,84%, revela uma gestão criteriosa e adequada que permitiu minimizar os efeitos adversos dos mercados de capitais.

Os **gastos administrativos**, por seu lado, atingiram os 16.676 milhares de euros, evidenciando uma redução de 10,4% face ao período homólogo.

A evolução desfavorável da componente financeira, não obstante a excelente performance técnica do negócio, a oferta diversificada e inovadora de soluções para os clientes e o controlo rigoroso ao nível dos custos operativos justificam o decréscimo de 85,7% nos **resultados antes de impostos**, que atingiram em 2011 os 23.746 milhares de euros. O **resultado líquido** após impostos cifrou-se em 17.972 milhares de euros.

Ao nível da situação patrimonial é de referir que o **activo líquido** atingiu os 10.847.565 milhares de euros, o que resulta num decréscimo de 12,3% em relação ao ano anterior, devido à alienação de ativos financeiros disponíveis para venda.

A **situação líquida** da Ocidental Vida situou-se nos 277.492 milhares de euros, ou seja um decréscimo de 40,7% em relação ao ano anterior, explicado pela variação negativa verificada nas reservas de reavaliação. O **rácio de solvência** situou-se em 124%.

3. CORPORATE GOVERNANCE

A Ocidental Vida integra o Grupo Millenniumbcp Ageas, o qual é detido pela Ageas e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respetivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e de fiscalização adotada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respetivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada trimestre.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Dr. Bart Karel August De Smet), um Vice-Presidente (Dr. Vitor Manuel Lopes Fernandes) e por seis Vogais (Dr. Kurt André J De Schepper, Dr. Stefan Georges Leon Braekeveldt, Dr. Jan Adriaan de Pooter, Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise, Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho e Dr. Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso).

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua atuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêm as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Atualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Senhores Dr. Jan Adriaan de Pooter, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO), Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho e Dr. Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é atualmente a seguinte:

Dr. Jan Adriaan de Pooter (CEO) – relações institucionais (autoridades de supervisão e APS) e as seguintes Direções internas: Organização & IT; Suporte ao Cliente e Negócio; Auditoria Interna; Pensões; e Apoio Corporativo, que engloba os Assuntos Corporativos, os Recursos Humanos, a Jurídica, o *Compliance* a Assessoria Técnica e área de Estratégia & Performance.

Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) – Direções de Planeamento e Controlo, Gestão de Riscos e Atuariado, Investimentos, Financeira, e Resseguro.

Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho – Direções Comerciais (*Bancassurance*, Médicos e Empresas) e *Marketing*.

Dr. Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso – Médicos, *Back-office* dos ramos Não Vida, Plataformas técnicas dos ramos Não Vida e *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida).

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respetivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respetivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

Remunerações

Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pela comissão de remunerações composta pelos acionistas com base nas melhores práticas.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a performance anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma performance.

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no business plan de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

Critérios predeterminados para a avaliação do órgão de administração

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, da solidez financeira da própria empresa, dos níveis de solvência e de rating, e

da própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de instrumentos financeiros ou de opções da sua aquisição. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

Poderão ser designados administradores que não auferam qualquer remuneração.

Os administradores que não exercem funções executivas não são remunerados.

Avaliação do desempenho do órgão de administração

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é uma consequência direta do grau de cumprimento do orçamento anual, sendo da responsabilidade exclusiva da assembleia geral ou de uma comissão de remunerações por ela nomeada.

O critério predeterminado para a avaliação de desempenho dos administradores executivos é o grau de cumprimento do orçamento anual

Importância relativa das componentes da remuneração do órgão de administração

A remuneração dos administradores que exercem funções executivas é constituída pelas seguintes componentes:

- a) uma remuneração fixa mensal, definida tendo por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional, podendo, quando se trate de administradores oriundos de empresas acionistas, ser considerado o seu enquadramento global nessas empresas, nomeadamente o nível remuneratório; esta componente representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, permitindo a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade do seu não pagamento;
- b) uma remuneração variável anual, paga após a aprovação das contas anuais em assembleia geral; a fixação desta remuneração tem por referência as práticas dos acionistas que são *players* de referência nos mercados em que estão presentes; a remuneração variável anual do conjunto dos administradores executivos não deve exceder 2% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOB (Value of Business Acquired) ou Goodwill, no exercício a que diga respeito, e a sua atribuição é deliberada anualmente.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração

A remuneração variável, quando superior a 35% da remuneração fixa anual, será obrigatoriamente objeto de diferimento por um período de três anos subsequentes aquele a que respeita, sendo que o montante a liquidar no primeiro ano deverá ser superior ao dos seguintes. A remuneração variável não é paga em instrumentos financeiros, considerando que a sociedade tem o seu capital concentrado em dois Grupos Económicos sendo a dispersão do seu capital contrária à filosofia que presidiu à sua constituição, esta forma de pagamento de remuneração não se considera aplicável.

Outros benefícios não pecuniários do órgão de administração

Não há lugar ao pagamento de prémios anuais e quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de prémios do órgão de administração

Para além da remuneração fixa mensal e da remuneração variável anual (cuja atribuição depende de deliberação anual), não está prevista qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de pagamento de prémios.

Pagamento de quaisquer indemnizações a ex- membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não está previsto o pagamento de quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa do órgão de administração

A compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não será paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.

Montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Os administradores executivos são apenas remunerados numa das empresas do Grupo e não recebem compensações adicionais às previstas nesta política de remuneração.

Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada do órgão de administração

Pelo exercício das suas funções os membros do órgão de administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários do órgão de administração

Não aplicável.

Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável do órgão de administração

Não aplicável.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Consistência das políticas de remuneração ao nível do Grupo

As políticas de remuneração das diversas empresas do Grupo são consistentes entre si, sendo assegurada a sua implementação para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo.

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade		
I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.1. Aprovação da política pela comissão de remunerações	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objeto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
III.1. Revisão com periodicidade mínima anual pela comissão de remunerações	Adotada	Avaliação do desempenho
III.2. Independência dos membros da comissão de remunerações		
IV.1. A remuneração dos administradores executivos deve integrar uma componente variável dependente de uma avaliação do desempenho	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação e Avaliação do desempenho
IV.2. Adequado equilíbrio das componentes da remuneração	Adotada	Importância relativa das componentes da remuneração
IV.3. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.4. Parte da remuneração variável deve ser diferida	Adotada	Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em
IV.5. Determinação do diferimento em função do	Adotada	

peso relativo face à componente fixa		instrumentos financeiros do órgão de administração
IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos que mitiguem o risco inerente à variabilidade da remuneração	Adotada	Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável
IV.7. Manutenção das ações da instituição obtidas através de esquemas de remuneração variável	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.8. Prazo de diferimento no caso de atribuição de opções		
IV.9. Conservação de ações após o termo do mandato		
IV.10. Remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente dependente do desempenho ou valor da instituição	Adotada	Crítérios predeterminados para a avaliação
IV.11. Indemnizações em caso de destituição	Adotada	Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adotada	Avaliação da política de remuneração
VII.1. Deve ser assegurada a consistência das políticas de remuneração a nível de grupo	Adotada	Consistência das políticas de remuneração do nível do Grupo
VII.2. Adoção das recomendações para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo		

O montante anual de remuneração pago pela Ocidental Vida aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2011, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino	188.293,09 Euros
Michel Edmond Joseph Ghislain Baise	439.530,14 Euros
<u>Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso</u>	<u>101.000,00 Euros</u>
Total Agregado	728.823.23 Euros

Política de remuneração dos Colaboradores

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos Colaboradores tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pelos acionistas com base nas melhores práticas.

A remuneração dos Colaboradores compreende a retribuição base correspondente ao nível previsto em convenção coletiva de trabalho e um complemento retributivo que varia em função do estatuto individual e da evolução da carreira profissional, ou seja, da categoria profissional, do nível retributivo, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

A diferenciação individual, adotada para todos os Colaboradores, atenta aos seguintes critérios: nível de classificação em convenção coletiva de trabalho, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

Importância relativa das componentes da remuneração

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no *business plan* de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A política de remuneração é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos Colaboradores para essa mesma *performance*.

A componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros

A remuneração variável não é objeto de qualquer diferimento nem é paga em instrumentos financeiros, atentas as características da sociedade e dos Grupos Económicos em que a mesma se insere.

Critérios predeterminados para a avaliação

Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho são o grau de cumprimento do orçamento anual, o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A remuneração variável do conjunto dos Colaboradores não deve exceder 3% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito, e não constitui um direito adquirido, sendo deliberada anualmente.

Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade		
I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.2. Aprovação da política pelo órgão de administração	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objeto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
II.5. Comunicação do processo de avaliação aos Colaboradores	Adotada	

V.1. Adequado equilíbrio das Adotada
componentes da remuneração

Processo de decisão e
estrutura da
remuneração e
Importância relativa
das componentes da
remuneração

V2. Parte da componente variável deve Não adotada
ser paga em instrumentos financeiros

V.5. Possibilidade de não pagamento ou
redução da remuneração variável diferida

V.6. Prazo de diferimento da
remuneração variável

V.7. Determinação do diferimento em
função do peso relativo face à
componente fixa

Não aplicável, tendo
em conta: as
características da
sociedade e dos seus
acionistas; o processo
de decisão e estrutura
da remuneração; a
importância relativa
das componentes da
remuneração; e a
informação sobre o
diferimento do
pagamento da
componente variável e
critérios de atribuição
de remuneração
variável em
instrumentos
financeiros

V.3. Avaliação deve atender ao Adotada
desempenho individual e da estrutura
onde o Colaborador se integra e a
critérios não financeiros relevantes

V.4. Critérios de avaliação devem ser
predeterminados e mensuráveis, tendo
por referência um quadro plurianual

Critérios
predeterminados para a
avaliação

V.8. Remuneração dos colaboradores que Adotada
exercem funções-chave

V.9. Remuneração da função atuarial

Processo de decisão e
estrutura da
remuneração

VI.1. Submissão da política de Adotada
remuneração a avaliação interna
independente

Avaliação da política
de remuneração

Processo de Decisão Empresarial

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respetivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de ativos (ALM). É ainda responsável pela seleção dos ativos que são objeto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, conseqüentemente, para a reputação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

Millennium bcp Serviços, ACE

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, otimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

REGRAS DE CONDUTA

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de Fundos de Pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respetivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Atividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

4. PERSPECTIVAS PARA 2012

Prosseguir a estratégia de colocação de produtos financeiros, assegurando níveis sustentados de crescimento da taxa de penetração na base de Clientes do Millennium bcp, assim como a manutenção de margens sustentadas.

As oportunidades de crescimento implicam enfoque na construção e comercialização de soluções de produto inovadoras, flexíveis e orientadas para os perfis de risco e expectativas de retorno dos diversos segmentos de Clientes, incluindo o Private Banking.

Naturalmente que ao esforço de inovação corresponderá, como nos exercícios anteriores, um forte investimento na melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes externos e internos, através do desenvolvimento de processos robustos e inovadores, e do empenho de uma equipa de colaboradores profissional e fortemente motivada, que incorpora na atividade diária os valores essenciais da excelência operativa, da eficiência operacional e da orientação para o Cliente.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. foi de euros 17.971.685,02 (dezassete milhões novecentos e setenta e um mil seiscientos e oitenta e cinco euros e dois cêntimos).

Considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 17.971.685,02 (dezassete milhões novecentos e setenta e um mil seiscientos e oitenta e cinco euros e dois cêntimos) para resultados transitados.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração,



Winnand

